



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signatures and initials in blue ink.

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTA
COMBA DÃO, REALIZADA NO DIA 20 DE SETEMBRO DE 2014**

Aos vinte dias do mês de setembro do ano de dois mil e catorze, no Auditório Municipal de Santa Comba Dão, pelas dez horas e trinta minutos, teve lugar a quarta sessão ordinária do corrente ano da Assembleia Municipal de Santa Comba Dão com a seguinte Ordem de Trabalhos:

I PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1-1 ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS 2013/2017/RENUNCIA AO MANDATO DE CARLA MARIA PEREIRA DE SOUSA- ELEITA PELO PPD/PSD(ARTº 76º, Nº 2, DA LEI Nº 169/99, DE 18 DE SETEMBRO) = CONFERIÇÃO DE MANDATO A PEDRO MIGUEL SORES VELOSO(ARTº 79º, DA LEI Nº 169/99, DE 18 DE SETEMBRO)

II-PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- 2.1- APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 28/06/2014;
- 2.2- INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;
- 2.3- PROFACADEMUS, ESCOLA PROFISSIONAL DE SANTA COMBA DÃO= PROPOSTA DE DISSOLUÇÃO. APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO (ART. 61º DA LEI 50/2012, DE 31 DE AGOSTO DE 2012);
- 2.4- MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO 2014 – 3ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GOP'S= APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;
- 2.5- PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO DO MUNICIPIO DE SANTA COMBA DÃO – 8º RELATÓRIO DE EXECUÇÃO – 30 DE JUNHO DE 2014= APRECIÇÃO
- 2.6- AUDITORIA EXTERNA À CÂMARA MUNICIPAL, NO ÂMBITO DO ARTIGO 77º DA LEI Nº 73/2013, DE 03 DE SETEMBRO – PROPOSTA DE NOMEAÇÃO DE MARTINS PEREIRA, JOÃO CARECA & ASSOCIADOS, SROC, LDª = APRECIÇÃO E EVENTUAL NOMEAÇÃO (Nº 1 DO ARTº 77º);
- 2.7- RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO- INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICIPIO DE SANTA COMBA DÃO -1º SEMESTRE DE 2014 (ALINEA D) DO Nº 2 DO ARTº77 DA LEI Nº 73/2013, DE 03 DE SETEMBRO= APRECIÇÃO;



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- 2.8- LEI Nº 5-A/2004, DE 10 DE FEVEREIRO- LEI DAS COMUNICAÇÕES ELETRÓNICAS= FIXAÇÃO DO PERCENTUAL DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP), EM 2014, A APLICAR EM 2015= APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;
- 2.9- IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI); DERRAMA; IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS SINGULARES (IRS) – FIXAÇÃO DE TAXAS PARA O ANO DE 2014, PARA VIGORAREM EM 2015. APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;
- 2.10- TAXA DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS- ARTº 112º, Nº 3, DO CIMI , NA REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 64-B/2011, DE 30 DE DEZEMBRO = LEVANTAMENTO DE PRÉDIOS EM RUINAS E DEGRADADOS= APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO ;
- 2.11- PROPOSTA DE PRORROGAÇÃO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DO IMI, POR MAIS DOIS ANOS, DOS LOTES QUE CONSTITUEM A URBANIZAÇÃO SANTA COMBA DÃO XXI, PERTENÇA DE ANIBAL MENDES SANTOS= APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;
- 2.12- 5ª ALTERAÇÃO AO PDM DE SANTA COMBA DÃO=APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;
- 2.13- MINUTA DE CONTRATO DE CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DAS PISCINAS MUNICIPAIS DE SANTA COMBA DÃO, NOS TERMOS DO ARTIGO 408º, POR APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO ARTIGO 407º, DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS. APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO (ALÍNEA P), DO Nº 1, DO ARTº 25º DO ANEXO I DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO);
- 2.14- TRIBUNAL DE CONTAS- PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL- MINUTA DE ADENDA AO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO “ PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL), CELEBRADO NO DIA 20 DE JANEIRO DE 2014, ENTRE O ESTADO PORTUGUÊS E O MUNICIPIO DE SANTA COMBA DÃO= APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;
- 2.15- TRIBUNAL DE CONTAS - PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL- MINUTA DE ADENDA AO CONTRATO DE REEQUILIBRIO FINANCEIRO, CELEBRADO ENTRE A CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS E O MUNICIPIO DE SANTA COMBA DÃO= APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;
- 2.16- TRIBUNAL DE CONTAS- EMISSÃO DE DOCUMENTO, COM IDENTIFICAÇÃO TEXTUAL , CONCRETA E QUANTIFICADA DAS MEDIDAS PREVISTAS A ADOTAR PARA TODO O



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PLANO DE AJUSTAMENTO FINANCEIRO, FACE ÀS EXIGÊNCIAS LEGAIS DECORRENTES DA CONJUGAÇÃO DA LEI Nº 43/2012, DE 28 DE AGOSTO E DO DECRETO –LEI Nº 38/2008, DE 07 DE MARÇO = APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;

III – PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO .

Presidiu aos trabalhos o Sr. Presidente Fernando Paulo Soares Gomes, secretariado por César Fernando Lima Branquinho e Maria José Nogueira de Sousa Tavares.

Participaram também na sessão, tomando assento nas bancadas que lhes estavam destinadas os Senhores Deputados António José Brito Correia, Fernando Augusto Neves Gomes da Cruz, Edite da Conceição Alves da Cruz, Alcino Manuel Coimbra Martins Almeida, Marco Paulo Antunes Varela, Jorge Miguel Silva Amaral, Luís Artur Loureiro Pereira, Andrea de Oliveira M. F. Mendes Saldanha, Maria Inês Dias Simão, Manuel Luís Leitão Morais, Luís Pedro Figueiredo Simões Nunes, José dos Santos Castanheira Neves, Pedro Miguel Soares Veloso, Rui Jorge Gonçalves da Silva Pereira, Tiago Rafael Rodrigues da Costa, Joaquim Pereira Rodrigues Fernando Manuel Dias de Almeida e Costa, João Pedro Duarte da Cruz, Serafim Pereira Rodrigues, José Rui Batista Alves Ferreira, José Augusto Morais de Sousa.

Verificou-se a ausência dos Senhores Deputados Márcia Sofia Gonçalves Marques e Domingos Manuel Costa Marques, que foram consideradas justificadas pela mesa.

A sessão começou com o ponto um da Ordem de Trabalhos: PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1- ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS 2013/2017/RENUNCIA AO MANDATO DE CARLA MARIA PEREIRA DE SOUSA – Eleitas PELO PPD/PSD /ARTº 76º, Nº2, DA LEI Nº169/99, DE 18 DE SETEMBRO) = CONFERIÇÃO DE MANDATO A PEDRO MIGUEL SOARES VELOSO (ARTº 79º, DA LEI Nº169/99, DE 18 DE SETEMBRO)

Foi dada posse ao cidadão Pedro Miguel Soares Veloso, eleito pelo PPD/PSD, em substituição de Carla Maria Pereira de Sousa, por ter renunciado ao cargo por motivos de saúde, que passou assim a fazer parte da Assembleia Municipal de Santa Comba Dão. O Senhor Presidente da Assembleia deu as boas vindas ao agora Deputado Pedro Miguel Soares Veloso.

Em seguida, foram abertas as inscrições para as intervenções dos senhores deputados neste período. Inscreveram-se os Senhores Deputados Alcino Almeida, Rui Jorge Pereira, José Castanheira, Jorge Amaral e Edite Cruz.



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

4

O Senhor Presidente da Assembleia começou por dar a palavra ao Sr. Deputado Alcino Almeida que manifestou a preocupação pelo facto do sistema de aquecimento central do Centro Escolar Sul se encontrar avariado, perguntando se era infundada a sua preocupação ou se existem de facto problemas. A esta questão o Sr. Presidente da Câmara respondeu que o arranque do ano letivo decorreu com relativa normalidade. Em relação à questão colocada referiu ainda existirem algumas situações preocupantes que já vinham de meados do ano letivo anterior. Informou ter-se deparado com a inexistência de qualquer contrato de manutenção em relação ao sistema de aquecimento central o que considerou uma falha grave por parte de quem foi responsável pelo processo da construção. Acrescentou que centro escolar é pertença da parceria público-privada e que o Município funciona como arrendatário, havendo algumas questões que não foram acauteladas relativamente à responsabilidade de quem deve proceder à elaboração dos contratos de manutenção e quem tem as responsabilidades quando acontecem situações de avarias e deve proceder às respetivas reparações. O Sr. Presidente da Câmara disse que a reparação tem um custo elevadíssimo e o Município não tem possibilidades de proceder à reparação, estando a procurar com a parceria público – privada uma resposta para este problema, para o qual não foi acautelada a responsabilidade. Garantiu que existe um sistema alternativo de aquecimento que já funcionou e vai continuar a funcionar, esperando que o conflito de interesses seja rapidamente solucionado. Comunicou ainda que quanto a este problema os pais e encarregados de educação podiam ficar descansados. Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado Rui Jorge Pereira, intervenção essa que vem no seguimento de uma intervenção pública ocorrida nesta assembleia acerca do abastecimento público de águas e custos associados, perguntando ao Senhor Presidente da Câmara se poderia dar alguma informação do modo como este assunto estava a ser tratado pela Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão, pois tendo já decorrido três meses ainda nada havia sido dito sobre este problema. Também felicitou o Sr. Presidente da União de Freguesias de Santa Comba Dão e Couto do Mosteiro pelo passeio dos idosos, que apesar do contratempo da chuva, decorreu da melhor maneira destacando o civismo dos participantes. Em relação ao arranque do ano letivo detetou que existe um decréscimo da frequência de alunos em alguns centros escolares o que a nível demográfico constitui uma situação preocupante, perguntou no seguimento deste assunto se a Câmara tem alguma solução, dentro das suas possibilidades, para tentar reverter esta situação, porque é um problema que deve preocupar não só o poder central mas também o poder autárquico, por ser transversal a toda a nossa sociedade. Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara para responder que o Conselho de Administração da Associação de Municípios do Planalto Beirão tomou conhecimento de todos os problemas levantados e as queixas que seguiram para tribunal, as quais estão a ter consequentes pedidos de informações a esta Associação pelas entidades tutelares, tendo por isso decidido contratualizar uma auditoria externa a ser feita por uma empresa credenciada, a Deloitte, para que seja elaborado um estudo de todo o procedimento tido ao longo destes anos e emita um parecer sobre isso, para a Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão poder estar fundamentada numa futura tomada de posição. Relativamente à



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

diminuição de alunos em todos os níveis de ensino, é uma questão que o preocupa e, em Municípios pequenos como o de Santa Comba Dão, faz-se sentir de uma forma muito significativa. Para tentar reverter a situação, isso só se consegue com desenvolvimento e, é isso que se está a procurar fazer, atrair mais investimento para Santa Comba Dão, fixando as pessoas. Esta situação, tal como o Sr. Deputado disse, não é só do nosso concelho mas do país. Infelizmente muitos jovens, em idade fértil, estão a emigrar e a levar os seus filhos que fazem falta às nossas escolas. Isto leva à reflexão sobre o planeamento do parque escolar do concelho e, a manter-se esta situação, irá colocar em causa todo o planeamento feito nos últimos anos. Foram construídos três centros educativos, dois dos quais não tiveram financiamento comunitário e foram construídos através da parceria-público-privada, o que agrava a situação difícil em que estamos.

Depois foi dada a palavra ao Sr. Deputado José Castanheira que pediu um esclarecimento ao Sr. Presidente da Câmara sobre a rede de saneamento do Chamadouro, pois ouviu dizer que o saneamento foi construído de uma forma ilegal, sem projeto e que o Ambiente poderá intervir. O Sr. Presidente da Câmara respondeu que a rede de saneamento do Chamadouro foi a última a ser feita pelo último mandato do Executivo do PS, e foi por administração direta, teve projeto que sofreu uma alteração relativamente à localização da ETAR, não estando por isso ilegal. Também disse que o preocupa muito o saneamento básico, porque as ETAR's estão todas num estado lastimável e ao longo dos últimos oito anos não houve nenhuma intervenção de fundo em nenhuma delas. Em relação à ETAR de Santa Comba Dão, em 2011 houve uma notificação da ARH face a uma participação à UE sobre o estado de algumas ETAR's, nomeadamente esta do nosso concelho, e como não foi dada resposta, pode vir a ser aplicada uma coima elevadíssima, tanto ao concelho como ao país. Face a esta situação está a ser preparada uma intervenção que evite mais este contratempo. Em 2005 havia sete ETAR's licenciadas e a decorrer um processo para requalificar as restantes. Não existem hoje ETAR's licenciadas, estando o concelho inserido numa região ambiental sensível, devido à barragem da Aguieira, o que é preocupante. É também necessário continuar a ampliação de redes de saneamento, porque existem pequenas aldeias, como Real, Relvas e ligação dos Amainhos, que ainda não estão ligadas à rede de saneamento. Para realizar todas as obras para requalificar e licenciar as ETAR's seriam necessários mais de dois milhões de euros e, só através de uma candidatura a fundos comunitários seria possível fazê-las. Foi pena que ao longo destes anos não tivessem ocorrido intervenções que permitissem que as ETAR's estivessem licenciadas.

Em seguida, o Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Deputado Jorge Amaral que referiu que a realização das festa da cidade, em agosto, foram feitas em colaboração com algumas associações e com grande afluência de santacombadenses e, por isso, perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se o Município não tem fundos disponíveis como é que conseguiu realizar as festas. Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que disse que todos estão satisfeitos do modo como decorreram as festas da cidade, afirmando que o sucesso se deveu ao empenho e dedicação de todas as entidades e associações que quiseram colaborar e participar no evento, no sentido de as tornar uma referência para que as pessoas não se desloquem para outros concelhos e criar uma



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dinâmica neste empobrecido concelho. A Câmara participou como entidade parceira, pretendeu-se que fosse um modelo autosustentável e se possível, a custo zero para a Autarquia, garantindo, no entanto, às associações a disponibilização da logística habitual. Salientou que constataram uma degradação das barraquinhas, e que não foi construído qualquer equipamento ao longo dos últimos oito anos e que os palcos são os mesmos. Houve a necessidade de fazer alguns arranjos, a aquisição de alguns pequenos equipamentos e assegurar pequenas despesas como a segurança dos stands. A cobertura dos prejuízos foram cerca de mil e duzentos euros, sendo estas as despesas que o Município teve com as festas da cidade. Considera, contudo, que houve retorno desse investimento, com a promoção dos empresários, dos artesãos e das associações. Por outro lado teve também um retorno financeiro para as associações que estiveram presentes, com as barraquinhas da gastronomia, porque conseguiram realizar receitas que lhes permitirão desenvolver os seus planos de atividades, ajudando a dinamização cultural do concelho, uma vez que a Câmara se encontra impedida de participar essas atividades devido às suas dificuldades financeiras. Referiu ainda que estiveram presentes doze stands e seis foram cedidos gratuitamente pelos Bombeiros Voluntários do Carregal do Sal

Depois seguiu-se a intervenção da Sra. Deputada Edite Cruz, referindo que a constante procura de protagonismo político a qualquer preço leva a que alguns cidadãos com responsabilidade política acrescida ignorem os resultados eleitorais manifestados pelos Santacombadenses, e se apresentem agora como conselheiros do absurdo, que os tempos mudaram, e hoje não é só protagonismo que se espera dos políticos, mas capacidade de trabalho e honestidade. É essa chamada de atenção que deixa a uma equipa que deixou o Município na falência, com uma dívida de cerca de 30 milhões de euros e que continua a crescer, pois tem sido frequente o aparecimento de dívidas resultantes de faturas não contabilizadas e outras situações dependentes que a qualquer momento poderão aumentar o valor da dívida. Os deputados do PS nunca pactuaram com estas situações e foi aqui nesta Assembleia Municipal que pediram explicações, contestando sempre que necessário e não precisaram de ir para jornais com discursos demagógicos, popularuchos e contraditórios, enterrando o passado e ignorando as suas responsabilidades; que muito mais poderia ser dito, mas o futuro se encarregará de demonstrar a prepotência deste tipo de atitudes.

Depois foi dada a palavra ao Sr. Primeiro Secretário para fazer a leitura da correspondência endereçada à Assembleia Municipal dando a conhecer o convite feito aos senhores deputados para participar na Conferência da Associação Nacional dos Municípios Portugueses e o convite da Direção da Filarmónica de S. João de Areias para assistir ao festival de bandas filarmónicas.

Não havendo mais intervenções passou-se para o ponto dois da Ordem de Trabalhos: PERÍODO DA ORDEM DO DIA.



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Depois de se ter dado cumprimento ao determinado pelo ponto dois do art.º19º do Regimento passou-se para o ponto **2.1-APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 28/06/2014**

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal submeteu a apreciação dos Srs. deputados a ata da sessão ordinária de 28 de junho de 2014.

A ata foi aprovada, por maioria, com as abstenções dos Senhores Deputados César Branquinho e Luís Marques, por não terem estado presentes na sessão anterior.

Passou-se para o ponto 2.2- **INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO.**

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal introduziu o ponto em referência e deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que começou por dizer que o documento da atividade do Município é claro e preciso, aproveitando, por isso, para responder, em linhas gerais, ao repto lançado pelo Sr. Deputado Marco Varela em relação à estratégia que o Executivo tem para o desenvolvimento do concelho. Mas antes dessa explanação apresentou um convite do Sr. Presidente da União de Freguesias de Treixedo e Nagozela, dirigido aos senhores deputados para a participação no foral de Treixedo, a ter lugar nos dias 20 e 21 de setembro. Referiu com agrado o regresso aos escalão de seniores do Grupo Desportivo Santacombadense, a realização neste fim de semana de uma peça de teatro do Centro Cultural do Rojão e as comemorações do foral de Óvoa, nos dias 27 e 28 de setembro.

Respondendo, finalmente, ao repto do senhor deputado Marco Varela afirmou que decorrido que está o primeiro ano de mandato é pertinente apresentar aos senhores deputados municipais as linhas de ação que balizaram o trabalho do Executivo Municipal, mas perspetivando o futuro: - na campanha eleitoral sempre disseram que a primeira preocupação seria, e está a ser, estancar o crescimento da dívida, centrando-se no equilíbrio das contas Municipais. Conheciam no essencial o montante da dívida, que sempre afirmaram ser da ordem dos 30 milhões de euros e os dados aqui apresentados na Assembleia Municipal de abril mostraram que num quadro real esses valores somavam € 29.469.188, sendo, por isso, o erro de previsão de menos de 2%. Os senhores deputados do PPD/PSD não podem voltar a dizer que afinal a dívida era bem diferente do que os senhores vereadores do PS apregoavam. Assim não há necessidade de voltar a falar no montante da dívida. O que não sabia e volta a afirmar hoje, é que não havia fundos disponíveis, e que isso faz toda a diferença, porque os mapas enviados mensalmente à DGAL eram forjados pelo Executivo, desconhecendo os serviços de contabilidade o conteúdo de tais mapas. Embora para alguns isto possa ser uma questão menor, para outros é uma questão precisa, pois não havendo fundos disponíveis não pode haver despesa. Mas o mais grave é que há deputados nesta Assembleia que conheciam bem a situação, ou que tinham obrigação de a conhecer, e nunca disseram nada ou fizeram. Escandalosamente, nos últimos meses do mandato anterior, com base nestes mapas foram lançados concursos de obras de valores elevados, os quais



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tiveram de ser imediatamente canceladas perante a impossibilidade de lhes vir a corresponder o respetivo pagamento, já para não falar em adjudicações verbais cujas faturas vão chegando, bem como faturas sem reflexo na contabilidade e outras faturas sem qualquer tipo de procedimento, deixadas em sacos de plástico. Muito recentemente receberam, através de uma firma de advogados, uma fatura no valor de € 34.440, da firma Longra e Ferreira, empresa de construção civil e obras públicas que, em março de 2010, forneceu material para a obra do Monumento aos Combatentes do Ultramar. Uma vez que não havia procedimento, não foi aceite. O Investimento agora está parado, apenas as despesas consideradas imprescindíveis e inadiáveis estão a ser asseguradas, no contexto de um plano estratégico elaborado pela Câmara Municipal que permite fazer face a esse tipo de despesa. A casa continua a ser arrumada no que diz respeito às contas e a Comanima e a DãoGest são exemplos do que não deve ser feito numa autarquia. Abordou ainda dois assuntos sobre os quais o Executivo ainda pouco conhece, porque são muito recentes: um tem a ver com relatórios enviados pelo Programa Mais Centro, na sequência de uma auditoria feita a candidaturas ao Quadro Comunitário, referentes aos seguintes projetos: Requalificação e Reabilitação da ex. EN2 e da ex-EN234, Projeto Geração XXI, Equipamentos para a coesão Social-Ginásios, Economia Digital e Sociedade do Conhecimento e Centro Escolar Norte, onde alguns são detetadas incoerências e irregularidades graves ; outro assunto diz respeito a uma candidatura ao Programa Erasmus Mais. Relativamente ao Programa Mais Centro poderão ter consequências terríveis para as finanças e sustentabilidade do Município, porque poderão obrigar a repor mais de um milhão de euros já recebidos. Disse, ainda, o Senhor Presidente da Câmara Municipal ter sido chamado de urgência à CCDRC antes de lhe serem entregues os relatórios, sendo-lhe transmitido que a gestão das candidaturas do Quadro Comunitário de Santa Comba Dão foram uma vergonha e colocam em causa não só a credibilidade do Município, como a dos municípios portugueses, da CCDR e a credibilidade do próprio país, havendo situações que poderão ter de ser comunicadas à polícia judiciária da União Europeia. Em relação ao relatório do Programa Erasmus Mais, a Câmara candidatou-se a um estágio para recém licenciados num país estrangeiro, recebeu por adiantamento 34.971 euros, que foi gasto, mas a candidatura não foi desenvolvida e em agosto de 2013 deveria ter sido enviado o relatório final, o que não aconteceu. Como a candidatura não decorreu foi agora solicitada a devolução das verbas recebidas no prazo de trinta dias. Estas são situações do passado que vêm ainda aumentar as dificuldades de todos conhecidas e que poderão por em causa o rumo do concelho.

Sobre a Estratégia de Desenvolvimento para o Concelho referiu estar bem definida e assente em três vetores essenciais – 1º- Melhorar a qualidade de vida dos santacombadenses; 2º- Atrair investimento, capaz de criar postos de trabalho fixar pessoas e por último- Criar âncoras de atração de visitantes. De seguida pormenorizou cada um destes vetores.

Seguiram-se as intervenções dos senhores deputados. Dada a palavra ao Sr. Deputado António José Correia começou por dizer que o Sr. Presidente da Assembleia, no início da sessão, sugeriu que deveria haver alguma contenção nas intervenções para cumprir o horário razoável e o Sr. Presidente da Câmara, segundo lhe pareceu, violou o regimento em termos de tempo, competindo ao Sr.



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Tiago'.

Presidente da Assembleia cumprir o regimento. O Sr. Presidente da Assembleia pediu se podia interromper para dizer ao Sr. Deputado que nunca tinha limitado a palavra a ninguém, que o Sr. Presidente da Câmara utilizou o tempo a que tinha direito. O Sr. Deputado retomou a palavra dizendo que o PPD/PSD se revia em grande parte nos vetores apresentados e que podem contar com o contributo do PSD para os alavancar. Disse que mais uma vez não tiveram uma descrição da atividade do Município mas uma leitura daquilo que são as contas com o passado e o Sr. Presidente da Câmara bate sempre no mesmo assunto. Assim, disse que já foi falado, aqui, da Requalificação da ex-EN234 e ex-EN2. Lembra-se de ter referido o facto de poder haver consequências para o Município em termos de se poder ter de devolver parte dos financiamentos. Pode ter de haver um momento para uma leitura política e técnica, mas, neste momento, ainda não é tempo para o fazer, porque ainda não houve nenhuma decisão; quando houver uma decisão falará das responsabilidades políticas. Em relação ao início do ano letivo ficou satisfeito por haver transportes escolares, apesar da dramatização por parte do Sr. Presidente da Câmara. Também ficou satisfeito por o ano letivo ter arrancado com normalidade. No que se refere ao aquecimento do Centro Educativo Sul tem havido um problema técnico recorrente, mas o Sr. Presidente da Câmara sabia que havia um procedimento alternativo e sempre estiveram salvaguardadas alternativas para o conforto das crianças. Disse ainda que o Sr. Presidente da Câmara criticou o planeamento escolar, mas a verdade é que o mesmo foi efetuado com base num estudo técnico com projeção de população; que o problema de natalidade é grave e, já aqui referido, tem de ter medidas de âmbito nacional e não local. Em relação às festas da cidade dá os parabéns pela organização às Associações e à Câmara Municipal e, se as despesas apresentadas assim forem, parabeniza-as, por isso, mas haverá a oportunidade de darem os números com mais precisão. As festas foram bem organizadas e trouxeram dinâmica ao concelho. No que se refere à questão dos fundos disponíveis e ao Sr. Presidente da Câmara dizer que os documentos eram forjados, já foi discutida essa matéria, assumindo aqui as suas responsabilidades. Sabem à data quem elaborava os fundos disponíveis, de acordo com uma interpretação, seguramente errada em relação à correta do modo como são calculados os fundos. Lembra – se que na 1ª ou 2ª sessão o Sr. Presidente da Câmara trouxe quase uma solução milagrosa para os fundos disponíveis, dada por um técnico credenciado, perguntando se poderia ser dada uma informação sobre essa matéria, pois nada se soube.

Pediu a palavra o Sr. Deputado Marco Varela para falar no problema do aquecimento do Centro Escolar Sul, dizendo que no documento da atividade do Município, página 9, vem uma referência ao levantamento da garantia bancária e pergunta como é que esse processo pode ser feito.

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado Fernando Cruz que disse que o dia foi escolhido para um ano de balanço de governação do novo Executivo. Refere que o Sr. Presidente da Câmara enquanto esteve na oposição aplicou sempre as mesmas palavras em relação ao Executivo anterior, percurso irresponsável, ruinoso e criminoso e o que os diferencia hoje é nas questões de como saber lidar quando se está no governo e na oposição. Acrescenta: “ *quando somos eleitos é para governar e não para nos queixar e andar todos os dias no jornal* “. O Executivo atual tem um jornal local e



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

regional e ainda utiliza a polícia judiciária para ir a casa dos vereadores saber se tem lá algum telemóvel ou conteúdos sobre telemóveis. Disse: " *estamos à vontade pela transparência e o julgamento dos atos é para ser feito, na devida altura, damos a cara e não nos escondemos, esse ADN é com outras pessoas que certamente não estão aqui.* " A nossa urbanidade é nesta Assembleia. Lembra que, quando foram eleitos em 2005, encontraram o empreendimento da Sr.^a da Ribeira inviabilizado, hoje é um projeto sustentável, de natureza privado, importante para o vetor do turismo; o processo judicial da Tecansil que remontava a 1980, foi negociado e chegaram a um acordo de pagar 200mil euros; o problema das bombas de gasolina, foi negociado com o dono da empresa e deram um terreno alternativo junto à rotunda da Catraia e desoneraram o peso de 400mil euros à Câmara; quanto ao programa foral encontraram um incumprimento no processo de verbas com funcionários que assinaram documentos e não tiveram formação e, o que fizeram foi regularizar a situação junto da CCDR e deram a formação à posterior, não foram para a judiciária. As pessoas são eleitas para resolver os assuntos, é isso que as populações querem. O Sr. Presidente da Câmara fez com grande eloquência referência a partes do relatório que recebeu, que devia ter apresentado por inteiro nesta Assembleia. Quanto à questão do legado da Ecopista, diz o Senhor Deputado Fernando Cruz que fizeram a negociação do protocolo com a Refer para dar início do projeto no QREN para obter os fundos comunitários. Quanto ao controlo e monitorização até 2005, a Câmara podia falar em qualquer número, pois não tinha ROC nem TOC, não tinha sistema de inventariação dos bens. Quando chegaram fizeram a inventariação de todo o património. É certo que havia património construído pelo anterior executivo e pelo executivo de que fez parte. O Gabinete Florestal não funcionava e foi ativado.

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado Rui Jorge Pereira que disse estar à vontade pois o CDS/PP nunca esteve no Executivo e preza muito a importância dos órgãos adequados onde estes assuntos devem ser falados. Diz que quem pretende investir no concelho pode desistir devido a tudo o que se está a passar. Também desconhece muitos documentos que são apresentados na assembleia. Embora não seja de Santa Comba Dão, esta é a sua terra adotiva e sente-a como se fosse sua. Acha que a sua intervenção serve para chamar a atenção. A Assembleia Municipal é um órgão fiscalizador da Câmara Municipal, e os casos de suspeita devem ser tratados nos locais próprios e devem falar dos assuntos nos sítios certos.

Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que começou por dizer que está completamente de acordo com o que disse o Sr. Deputado Rui Jorge. Clarifica que o relatório Mais Centro não é um caso de tribunal mas de um órgão que atribuiu um determinado financiamento e que pode solicitar a devolução dessas verbas. Disse que todos os dias os senhores presidentes de junta pedem colaboração com pedidos de cedências de máquinas, de pessoal, para resolverem problemas. Todos os dias os municípios se queixam e pedem ajuda para os mais variados assuntos. A Câmara não tem fundos disponíveis para adquirir equipamentos fundamentais para o desenvolvimento da atividade municipal ou para iniciativas na área da proteção civil. O Sr. Deputado Fernando Cruz falou no passado, mas esquece que a dívida Municipal em relação a 2005 triplicou. Referindo-se à



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

11
liago

intervenção do Sr. Deputado António Correia e, em relação à carta educativa, o tempo dirá sobre as decisões tomadas. Em relação aos fundos disponíveis falou numa solução milagrosa e foi verdade. Esta foi submetido à Tutela, mas esbarrou num constrangimento legal, em que o prazo para a elaboração dos pagamentos em atraso tinha caducado e que deviam ter sido feitos pelo anterior Executivo e a tutela foi inflexível. No que se refere à intervenção do Sr. Deputado Fernando Cruz disse que foram eleitos para governar e não para se queixar: é verdade, mas, muitas vezes, constrangimentos diários levam a que não se possam calar a determinadas situações. Em relação aos jornais e à polícia judiciária abstém-se de falar nisso. Quanto ao problema da Tecansil, foi um executivo do PSD que o colocou em tribunal, já se arrastava há vários anos e estava a ser negociado. O processo das bombas de gasolina não tem nada a ver com o que se estava a falar. Relativamente ao programa foral desconhece qualquer problema. Em relação à Ecopista ainda não estava feito qualquer acordo com a Refer, haviam projetos distintos que se estavam a realizar, são assuntos diferentes; no referente aos transportes escolares, foi dito que havia falta de confiança no atual executivo por parte da Transdev. Mas a verdade é que a dívida à Transdev era de quase um milhão de euros, tendo esta feito uma exigência para se pagarem cerca de 400 mil euros que estavam fora do PAEL no prazo de um ano, e simultaneamente pagar as faturas mensais atempadamente; ora isto é um constrangimento enorme para a vida municipal, e que põe em causa a utilização e funcionamento dos equipamentos públicos. Fazer obra, contratar serviços e não pagar é fácil. Tentar que a vida municipal decorra com normalidade e honrar os compromissos é muito difícil.

Pediu a palavra o Sr. Deputado António Correia para dizer ao Sr. Presidente da Câmara que não ponha palavras na boca dos deputados que não disseram que havia falta de confiança. Perguntando, de seguida, porque é que nunca disse que o plano apresentado na 2ª sessão da Assembleia Municipal não tinha sido viável.

O Sr. Presidente da Câmara respondeu ao Sr. Deputado António Correia dizendo que não disse que foi o Sr. Deputado que fez a afirmação, mas apenas “que foi dito que não havia confiança”, não acusando ninguém em particular. Em relação a não ter recebido qualquer resposta sobre a proposta do plano apresentado às entidades, também não a podia dar aos senhores deputados, simplesmente porque nunca existiu qualquer resposta.

Terminado este ponto o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto **2.3- PROFIACADEMUS, ESCOLA PROFISSIONAL DE SANTA COMBA DÃO= PROPOSTA DE DISSOLUÇÃO. APECIAÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO (ART.º61º DA LEI 50/2012, DE 31 DE AGOSTO)**

O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para apresentar o ponto em questão. Começou, por dizer que, na sequência da hasta pública para alienar 75% do capital social da Escola Profissional, ter ficado deserta, a Câmara Municipal entendeu que não havia condições de continuar a fazer transferências de verbas. Assim, reuniu a Assembleia Geral da Escola e foi verificado que não havia condições para a escola funcionar. Consequentemente, reuniu com a DGeT e ficou assegurado a transferência dos alunos para o Agrupamento de Escolas do concelho, assim como a autorização para o funcionamento de uma nova turma de música, situação



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

12
Tiago

para a qual também contribui o empenho dos vereadores do PSD. De acordo com a Lei 50/2012, de 31 de agosto, a existência de resultados negativos levaria ao fecho da escola. Esta proposta foi presente em reunião da Câmara Municipal e foi deliberado submeter a proposta de dissolução da Profiacademus à aprovação da Assembleia Municipal.

Pedi a palavra o Sr. Deputado António José Correia que, antes de mais, queria dar notas sobre dois assuntos que se esqueceu de falar. Dar os parabéns ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Pinheiro de Ázere pelas comemorações dos forais; fazer ainda uma referencia ao Sr. Deputado José Augusto, dizendo que é bom vê-lo com essa intensidade de intervenção e dizer não ter dificuldade em gerir a sua freguesia. Não é bem assim em todas as freguesias. Em relação à Escola Profissional Profiacademus a explicação dada pelo Sr. Presidente da Câmara até podia ser aceite pelo seu grupo, mas há questões que têm de ser respondidas. Referiu que há cerca de um ano veio a esta Assembleia Municipal a possibilidade de alienação de 75% de capital social a um parceiro privado, que, na altura, o aceitou com uma intervenção em termos de financiamento com custos melhores do que os desta hasta pública. Isso foi aceite, mas devido à questão do que se passou nesta Assembleia, que é do conhecimento de todos, e já a condenou várias vezes, como sabe, não foi possível alienar os 75%, tendo a concordância do Sr. Presidente enquanto vereador na oposição, mas que se absteve pelo facto de um dos sócios interessados dessa sociedade privada à alienação ser candidato à Assembleia Municipal. A verdade, diz o senhor Deputado António José Correia, é que havendo acordo entre todos se devia ter resolvido imediatamente esta situação, mas deixou-se arrastar muito tempo. Até que se chegou a esta hasta pública. Os Santacombadenses querem saber o que se passou, e o que falhou. Quando foi preparada a alienação tinha-se a convicção de que se ia concretizar. Então, porque é que ficou vazia esta hasta pública? Em termos estruturais, o problema coloca-se pela abertura de cursos profissionais no ensino regular e na diminuição de alunos. O que se conseguiu, no ano passado, como solução para a escola profissional, eram os cursos de música. Estranham, agora, que havendo esta estratégia entre todos, a entidade privada agora deixa de haver interesse nos alvarás de funcionamento dos cursos de música. O Sr. Presidente da Câmara contactou a DGeT para salvaguardar os interesses dos alunos, fê-lo e bem. Com base nesta situação comunicou aos Santacombadenses a extinção da Escola Profissional Profiacademus; enquanto membro desta Assembleia ficou perplexo com a decisão tomada em reunião da Câmara Municipal. Considera que o Sr. Presidente desrespeitou esta Assembleia e deveria ter convocado uma reunião extraordinária, porque é da competência desta Assembleia discutir o encerramento da escola profissional. Referiu que a Assembleia Geral da Escola Profiacademus reuniu no sentido de deliberar a decisão do encerramento da escola e gostava de saber se os estatutos da escola, aprovados a 28 de abril, foram cumpridos em todo este processo. Viu a ata, que estava apenas subscrita pelo Sr. Presidente da Câmara e supõe que a tenha secretariado. Gostavam de saber o que se vai passar. A consumir-se a extinção, o que é que vai acontecer aos recursos humanos, se vão ser internalizados na Câmara ou se vão ser dispensados.



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A seguir o Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Deputado Rui Jorge que disse que fez parte da equipa da Escola Profissional e é pena que isto aconteça, pois Santa Comba Dão precisa de uma Escola Profissional dinâmica para desenvolver o concelho. Foi pena que os políticos não tenham conseguido solucionar este problema. O que se pede é que antes que as coisas aconteçam tenham visão e a população acredite nos projetos alicerçados pelos políticos. Pergunta ao Sr. Presidente da Câmara qual o futuro desta escola, das pessoas que aí trabalham e que lhe merecem todo o respeito.

Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas. Referiu que o Sr. Deputado António Correia coloca questões pertinentes, mas a verdade é que foi feito tudo quanto era possível para encontrar um parceiro privado, quer através de contactos diretos e mesmo depois com a máxima divulgação da hasta pública, mas infelizmente não apareceram interessados. Disse que continuam a ter a aspiração de manter cursos de música, agora na escola secundária, e é bom que o Ministério da Educação entenda isso, pois são cursos com prioridade negativa na região provavelmente porque são cursos caros. Quando disse que houve marasmo ao longo destes anos, é verdade, não se está apenas a referir aos últimos oito anos; que a escola devia ter sido competitiva em relação às escolas vizinhas, mas isso não aconteceu. As escolas vizinhas, que têm mais alunos, também estão com problemas financeiros muito difíceis, como é o caso da escola Profissional de Torredeita, que foi uma escola de referência da região. Referiu que não disse, em lado nenhum, que a escola ia ser extinta, o que foi levado à reunião de Câmara foi a proposta de dissolução e que veio à Assembleia Municipal para ser aprovada, órgão pelo qual tem todo o respeito. Salvar os interesses dos alunos era crucial. Em relação aos órgãos sociais, ou quem deliberou, diz que a seguir a 2005 foram aprovados estatutos que nunca foram publicados, os que estão em vigor são os da constituição da escola, porque os que foram aprovados em reunião de Câmara e pela Assembleia, nunca foram registados, mesmo antes de existir a dita Lei nº 50/2012. Podia, diz o Senhor Presidente da Câmara Municipal, também perguntar-lhe porque é que nunca adaptaram os estatutos, porque é que nunca cumpriram a lei? Os estatutos nunca foram registados. À posteriori, mesmo depois do prazo expresso na referida Lei, foram novos estatutos aprovados em reunião de Câmara e de Assembleia, mas, nunca foram registados, uma vez que entretanto se decidiu alienar parte do capital social, não fazendo sentido proceder ao registo de algo que de seguida seria alterado. Os estatutos que estão em vigor são os que têm apenas o gerente, foi o gerente da Escola Profissional que tomou a decisão de propor ao executivo o encerramento. Em relação à estratégia para os recursos humanos, como não é uma empresa do setor empresarial local em que se aplica a citada Lei nº 50/2012, não se podem internalizar os funcionários. Relativamente à questão colocada pelo Sr. Deputado Rui Jorge referiu que as instalações não são propriedade da escola, mas sim da Direção Geral do Património.

Voltou a pedir a palavra O Sr. Deputado António Correia para fazer um pedido de esclarecimento face às explicações dadas pelo Sr. Presidente da Câmara sobre os cursos profissionais de música, referindo: "eram *estratégicos mas tinham prioridade negativa na nossa região*", então como é que o Sr. Presidente os pretende implementar, se tinha o alvará de funcionamento na mão, porque é que desistiu logo de procurar um parceiro? Era preciso procurar um parceiro privado. Esta questão tem de



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ser esclarecida. Quanto à não utilização de estatutos aprovados na Câmara e na Assembleia Municipal irá pedir esclarecimentos sobre essa matéria por escrito à gerência da Profiacademus.

Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que disse não perceber a questão, uma vez que o alvará é de escola profissional e a escola Secundária tem as mesmas possibilidades para ter cursos de música, sendo o Ministério da Educação que define ano a ano a abertura de novas turmas e novos cursos profissionais.

Depois da apreciação passou-se à votação do documento em apreço, tendo a Assembleia Municipal aprovado, por maioria, com treze votos a favor do PS, 11 votos contra do PPD/PSD e uma abstenção do CDS/PP, a dissolução da Escola Profiacademus- Escola Profissional de Santa Comba Dão, Unipessoal, Lda, nos termos propostos pelo executivo, que aqui se dão por reproduzidos e integrados, ficando assinados pela mesa.

Terminado este ponto o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto **2.4 – MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO 2014 – 3ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GOP'S= APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO**

O Sr. Presidente da Assembleia apresentou o ponto em questão e deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que fez uma breve síntese do documento. Não havendo pedidos de intervenção passou-se para a votação, sendo esta revisão, que aqui se dá por reproduzida e integrada, ficando assinada pela mesa. aprovada por unanimidade, com vinte e três votos.

De referir que, no momento da votação, estavam ausentes os Senhores Deputados Rui Jorge Pereira e António José Correia.

Terminado este ponto da ordem de trabalhos o Sr. Presidente da Assembleia Municipal interrompeu os trabalhos, às treze horas e doze minutos, para almoço. Os trabalhos foram retomados às catorze horas e dez minutos. Neste período da tarde não esteve presente o Sr. Deputado António Correia, com a falta justificada.

Passou-se para o ponto seguinte dos trabalhos **2.5 – PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO DO MUNICIPIO DE SANTA COMBA DÃO- 8º RELATÓRIO DE EXECUÇÃO- 30 DE JUNHO DE 2014= APRECIÇÃO**

Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que referiu que o documento é de natureza técnica. Depois da sua explanação, foi o ponto aberto a discussão. Pediu a palavra o Sr. Deputado Fernando Cruz para dizer que constata com surpresa que o documento elaborado não evidencia na sua estrutura a informação detalhada e obrigatória, designadamente quanto à evolução e comportamento do endividamento líquido Municipal, quer em relação ao 7º relatório, de 31/12/2013, quer aos objetivos estabelecidos em 2010. Não evidencia o comportamento da dívida a terceiros, nem o prazo médio de pagamentos, nem a evolução dos recursos humanos, face à aplicação do artº 63 do orçamento do estado. A insuficiente informação disponível reflete apenas a



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

15
Tiago

evolução da despesa e receita. Este relatório apresenta uma decepção a tudo o que foi avaliado na Assembleia.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal este disse que não comentava as questões, por serem de natureza técnica, mas que, em devido tempo, irá ser estudada a sua análise junto dos serviços e dará, posteriormente, a resposta.

Terminado este ponto o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto **2.6- AUDITORIA EXTERNA À CÂMARA MUNICIPAL, NO ÂMBITO DO ARTIGO 77º DA LEI Nº 73/2013, DE 03 DE SETEMBRO. PROPOSTA DE NOMEAÇÃO DE MARTINS PEREIRA, JOÃO CARECA & ASSOCIADOS, SROC, LDª= Apreciação e eventual nomeação (Nº1 DO ARTº 77º)**

O Sr. Presidente da Assembleia apresentou o ponto em apreço e de seguida deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que referiu ser competência da Assembleia Municipal esta nomeação, por deliberação. Pediu a palavra o Sr. Deputado Fernando Cruz dizendo que a sua intervenção tem a ver com o procedimento de contratação pública dos potenciais revisores que se candidataram ao procedimento e o que se encontra nesta ordem de trabalhos é procedimento da Lei 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o novo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais. Do seu ponto de vista não tem qualquer informação que reporte aos fundos disponíveis para que a Câmara possa assumir responsabilidades plurianuais até ao final de mandato. Trata-se de responsabilidades plurianuais até 2016, não havendo informações sobre os fundos disponíveis, o que condiciona o lançamento do procedimento, perguntando qual foi a isenção que encontraram ao artº 4 do Decreto – Lei nº 32/2012, de 13 de fevereiro e ao artº 5º da Lei Nº 8/2012, de 21 de fevereiro. Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que disse que se está perante uma exigência legal e que existe um plano estratégico para assunção de despesas consideradas imprescindíveis e esta é uma delas, caso contrário não se podia dar cumprimento às obrigações legais do Município.

O Sr. Deputado Fernando Cruz retomou a palavra para dizer que, naturalmente, tem implicações para o Município e pede que informe qual a lei que permite tomar compromissos de natureza plurianual independente da questão da obrigatoriedade de ter um revisor, porque noutros períodos não teve revisor. Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que disse que mais uma vez se ia abster de responder. O Município, ao assumir aquilo que são algumas necessidades imprescindíveis e inadiáveis e imposições legais que levavam a procedimentos sem fundos disponíveis, deu nota disso às entidades competentes - DGAL, à CCDR e à Secretaria de Estado da Administração Local. Referiu ainda que lamentava ter de dizer ao senhor deputado que teve como vereador o pelouro das finanças do município e ainda que na qualidade de vereador acompanhou o atual Presidente da Câmara e o Executivo a Lisboa e informou a Diretora da DGAL que os mapas dos fundos disponíveis enviados anteriormente não eram corretos. Se sabia disso, devia ter denunciado antes.

Foi dada de novo a palavra ao Sr. Deputado Fernando Cruz para dizer que quem tinha a responsabilidade de elaborar os mapas de fundos disponíveis era o anterior Presidente da Câmara Municipal.



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Tiago'.

Depois da apreciação passou-se à votação do documento em apreço, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por maioria, com catorze votos a favor (13 votos do PS, e 1 voto do CDS/PP) e 10 votos contra do PPD/PSD, nomear o auditor externo, nos termos propostos pelo executivo.

Terminado este ponto o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto **2.7- RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO- INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO- 1º SEMESTRE DE 2014 (ALÍNEAD) DO Nº2 DO ARTº 77º DA LEI Nº73/2013, DE 03 DE SETEMBRO= APRECIÇÃO**

O Sr. Presidente da Assembleia deu a conhecer o assunto em apreço e deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que fez uma breve síntese do mesmo. Foi dada a palavra à Sra. Deputada Andrea cuja intervenção constitui o anexo nº1 desta ata e dela fazendo parte integrante. A seguir interveio o Sr. Deputado Fernando Cruz, fazendo a sua análise ao relatório do auditor externo. Assim referiu: - o ligeiro aumento com as despesas do pessoal; - a descida das despesas deveria estar com mais informação para ver o reflexo das medidas tomadas pelo executivo na aquisição de bens e serviços; - os juros traduzem uma subida;- as transferências correntes registam um agravamento; do ponto de vista do comportamento orçamental regista um excelente desempenho na arrecadação de receita;- Fica o registo total da dívida do município em 16 milhões 676 mil euros;- acresce a esta dívida a questão da parceria que deve cerca de 9 milhões, embora o Sr. Presidente tenha dito numa reunião anterior que era de 11 milhões e 500 mil euros;- clarifica que são 9 milhões 859 mil euros. Agora falta saber qual irá ser a dívida da Profiacademus e da Combanima . O Município tem condições para sair desta situação e tem que o tentar fazer no mais curto espaço de tempo. Neste quadro do 1º semestre os auditores ainda traduzem muitos alertas. Gostaria de conhecer melhor o impacto das medidas com a redução da iluminação, com a frota e outras medidas da redução das despesas, bem como ao programa de rescisões de pessoal. Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que disse ter gostado de ouvir a intervenção do Sr. Deputado, pedindo desculpa da sua exaltação no ponto anterior. Relativamente ao programa das rescisões de pessoal fica surpreso com este tipo de afirmações, alguém que fez parte de um executivo, que chegou a ter quase 4 milhões de euros com despesa de pessoal, não tem qualquer legitimidade para dizer uma coisa destas. Para este nível de despesa de pessoal estamos a falar do mínimo essencial para o funcionamento do Município e aqui ainda estão refletidas as despesas com pessoal que não teve o contrato renovado e teve de ser indemnizado. Relativamente ao resto do relatório é de natureza técnica e não se pronuncia.

O Sr. Deputado Fernando Cruz pediu para voltar a intervir, dizendo que quem os Santacombadenses, em 2013, quiseram que fosse para o executivo foi o atual executivo. Sabe quais as responsabilidades que já foram assumidas e, não está inibido de colocar qualquer questão com frontalidade, que tem toda a autoridade para colocar todas as questões que entender na Assembleia de um modo correto e com educação.

O Sr. Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia, dando como apreciado o ponto em questão.



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2.8- LEI Nº 5-A/2004, DE 10 DE FEVEREIRO- LEI DAS COMUNICAÇÕES ELETRÓNICAS= FIXAÇÃO DO PERCENTUAL DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (tmdp), EM 2014, A APLICAR EM 2015= APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO

Foi dada a palavra ao Sr. presidente da Câmara para fazer uma breve apresentação do documento em análise. Depois da sua explanação, foi aberto o ponto a discussão. Não havendo pedidos de intervenção passou-se a votação do documento em apreço, tendo a Assembleia Municipal fixado, por unanimidade, em 0,25%, para o ano de 2014, a aplicar em 2015, o percentual da TMDP, conforme proposta do executivo.

Terminado este ponto o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou para o 2.9-IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI); DERRAMA; IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS SINGULARES (IRS)- AFIXAÇÃO DE TAXAS PARA O ANO DE 2014, PARA VIGORAREM EM 2015. APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO

Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que fez um resumo sobre o assunto em apreço, dizendo que, de acordo com a informação dada aos senhores deputados, se trata de uma exigência do Tribunal de Contas a fixação máxima do IMI. A Câmara aprovou fixar em 0,5% a taxa do IMI para os prédios urbanos avaliados, manter o agravamento de 30% nos prédios urbanos degradados, manter a diminuição em 10% para os prédios urbanos arrendados nas zonas que coincidem com as áreas de reabilitação, e aprovar a descida em 20% do IMI para os prédios que sejam objeto de reabilitação. Também aprovou, e sujeitou à submissão da Assembleia Municipal o lançamento da Derrama sobre o lucro sujeito e não isento de IRC no seu limite máximo de 1,5% e aprovou manter a participação variável sobre o rendimento de pessoas singulares à taxa máxima de 5% para as pessoas singulares. É uma medida penalizadora para as pessoas do concelho e trás desigualdades em relação aos concelhos vizinhos. É uma consequência da irresponsabilidade do anterior executivo. Finda a sua explanação, foi o ponto aberto a discussão. Foi dada a palavra ao Sr. Deputado Luís Marques, para apresentar, em nome do grupo Parlamentar PPD/PSD, a sua intenção de voto. Começou por dizer que, no ano passado, o empréstimo constante no PAEL foi votado com os votos contra do PS e da vereadora independente, justificando que o valor dos impostos eram bastante elevados à data e, ditando a lei, que o valor tomado teria de ser 0.4 e hoje estamos a votar 0,5% relativamente ao IMI. Face ao exposto o grupo parlamentar do PPD/ PSD vota contra a taxa proposta para o IMI e a favor os outros impostos. De seguida tomou a palavra o Sr. Deputado Rui Jorge Pereira, dizendo que não é economista, que só sabe fazer as contas elementares e, analisadas todas as intervenções conclui que se está a atravessar um período muito crítico e normalmente quem paga as boas ou más gestões autárquicas é o povo. É preciso dizer chega, quem não sabe gerir não deve candidatar-se à Câmara. Foram eleitos e estão a defender os interesses do povo. Diz ver a subida do IMI com apreensão, se para alguns o dinheiro não faz falta, para outros vai fazer. Refere que é um período de emergência autárquica, pelo que vota a favor, mas com a condição que seja uma medida transitória e que valha a pena este sacrifício que está a ser feito, caso assim não seja será o primeiro a



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pedir justificações a este executivo. Em seguida foi dada palavra ao Sr. Presidente da Câmara que disse não poder estar mais de acordo com o Sr. Deputado Rui Jorge Pereira. No que diz respeito a este executivo cumprirão sempre com aquilo que forem as suas obrigações. Esta medida vai ser limitada no tempo e assim que for possível sairão desta contingência. Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Luís Marques esclareceu que os vereadores do PS, no anterior executivo, nunca votaram contra o PAEL, mas sim contra um empréstimo de reequilíbrio financeiro no valor de 6,5 milhões de euros que se destinava a pagar um empréstimo de saneamento financeiro no mesmo valor e os juros a pagar eram desastrosos para o Município.

Depois foi dada a palavra à Sra. Deputada Edite Cruz que disse que os deputados do PS, atendendo à dramática situação financeira que se vive e porque é imperativo da lei, irão votar favoravelmente as taxas, apesar de não serem essas as expectativas que orientaram as suas candidaturas ao lugar de deputados nesta Assembleia.

Depois da apreciação, passou-se à fixação da taxa do IMI, nos termos da proposta do executivo, que aqui se dá por inteiramente reproduzida e integrada, ficando assinada pela mesa, a qual foi aprovada, por maioria, com catorze votos a favor (13 votos do PS, e 1 voto do CDS/PP) e 9 votos contra do PPD/PSD. De referir que, no momento da votação, estava ausente o Sr. Deputado José Rui Batista.

Depois passou-se à votação do lançamento da derrama, no valor de 1,5%, conforme proposta do executivo, que foi aprovada, por unanimidade, pela Assembleia Municipal.

Por fim, seguiu-se a votação da participação variável no IRS, que, também, foi aprovada, por unanimidade, pela Assembleia Municipal, conforme proposta do executivo.

Terminado este ponto o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto **2.10- TAXA DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS- ARTº 112º, Nº3, DO CIMI, NA REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 64º-B/2011, DE 30 DE DEZEMBRO = LEVANTAMENTO DE PRÉDIOS EM RUÍNAS E DEGRADADOS= APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO**

Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para fazer uma breve apresentação do documento em análise. Depois da apreciação foi aberto o ponto a discussão. Não havendo pedidos de intervenção passou-se à votação do documento em apreço, que aqui se dá por inteiramente reproduzido e integrado, ficando assinado pela mesa. A proposta em questão foi aprovada por unanimidade pela Assembleia Municipal.

De referir que, no momento da votação, estava ausente o Sr. Deputado Marco Varela.

Terminado este ponto o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto **2.11. PROPOSTA DE PRORROGAÇÃO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DO IMI, POR MAIS DOIS ANOS, DOS LOTES QUE CONSTITUEM A URBANIZAÇÃO SANTA COMBA DÃO XXI, PERTENÇA DE ANÍBAL MENDES SANTOS= APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO**

Foi dada a palavra ao Sr. presidente da Câmara para fazer uma breve apresentação do documento em análise. Não havendo pedidos de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

unanimidade, aprovar a proposta sob análise, nos termos apresentados pelo Executivo e que aqui se dá por reproduzida e integrada, ficando assinada pela mesa.

Terminado este ponto o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou para o **ponto 2.12- 5ª ALTERAÇÃO AO PDM DE SANTA COMBA DÃO= APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO**

Foi dada a palavra ao Sr. presidente da Câmara para fazer uma breve apresentação do documento em análise. Não havendo pedidos de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a 5ª alteração ao PDM de Santa Comba Dão, nos termos apresentados pelo Executivo e que aqui se dá por reproduzida e integrada, ficando assinada pela mesa.

Terminado este ponto o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto **2.13 – MINUTA DE CONTRATO DE CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DAS PISCINAS MUNICIPAIS DE SANTA COMBA DÃO, NOS TERMOS DO ARTIGO 408º, POR APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO ARTIGO 407º, DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS, APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO (ALÍNEAP), DO Nº1, DO ARTº 25º DO ANEXO I DA LEI Nº 75º/2013, DE 12 DE SETEMBRO**

Foi dada a palavra ao Sr. presidente da Câmara para fazer uma breve apresentação do documento em análise. Aberto o ponto a discussão, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Luís Artur Pereira que referiu que a bancada do PPD/PSD é a favor da continuação em funcionamento das piscinas municipais e que concordam com o Sr. Presidente da Câmara quando diz que elas são fundamentais quer para a promoção da saúde quer para o bem estar dos santacombadenses. Congratulam-se por ter sido encontrada uma solução para que as piscinas municipais continuem em funcionamento, referindo-se à cláusula 7ª da minuta do contrato, que irá, certamente, ser acionada, pois as piscinas municipais não gerem nem têm de gerar receita suficiente para cobrir as despesas e o município irá com certeza ser chamado a participar na manutenção. Sendo o contrato de três anos e depois de tanto se ter falado nos fundos disponíveis, questiona se existem fundos disponíveis para estes pagamentos e em que categoria estes fundos disponíveis caem, se é considerado um bem imprescindível ou não. Nesta senda, pede ao Sr. Presidente que o informe sobre os montantes dos fundos disponíveis pois nunca se apercebeu dos valores.

O Sr. Presidente da Câmara interveio para dizer que continuam a não existir fundos disponíveis, mas se forem por essa questão as piscinas Municipais teriam mesmo de encerrar. Se fossem exploradas pela Câmara os custos seriam muito elevados, e, com esta concessão, os custos a suportar serão naturalmente bastante inferiores. De seguida, passou-se a votação do documento do contrato de concessão de exploração das Piscinas Municipais de Santa Comba Dão, tendo a Assembleia Municipal aprovado, por maioria, com catorze votos a favor (13 votos do PS, e 1 voto do CDS/PP) e nove abstenções do PPD/PSD, a minuta do contrato em questão, nos termos propostos pelo Executivo, que aqui se dá por reproduzida e integrada, ficando assinada pela mesa.



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

[Handwritten signature]
20
[Handwritten signature]

Terminado este ponto o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto **2.14-TRIBUNAL DE CONTAS- PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL- MINUTA DE ADENDA AO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO "PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL), CELEBRADO NO DIA 20 DE JANEIRO, ENTRE O ESTADO PORTUGUÊS E O MUNICIPIO DE SANTA COMBA DÃO= APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO**

Foi dada a palavra ao Sr. presidente da Câmara para fazer uma breve apresentação do documento em análise. Não havendo pedidos de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a adenda ao contrato de empréstimo identificado em título, nos precisos termos apresentados pelo Executivo e que aqui se dá por reproduzida e integrada, ficando assinada pela mesa.

Terminado este ponto o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto **2.15 -TRIBUNAL DE CONTAS- PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL- MINUTA DE ADENDA AO CONTRATO DE REEQUILIBRIO FINANCEIRO, CELEBRADO ENTRE A CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS E O MUNICIPIO DE SANTA COMBA DÃO= APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO**

Foi dada a palavra ao Sr. presidente da Câmara para fazer uma breve apresentação do documento em análise. Não havendo pedidos de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a adenda ao contrato de reequilíbrio financeiro identificado em título, nos precisos termos apresentados pelo Executivo e que aqui se dá por reproduzida e integrada, ficando assinada pela mesa.

Terminado este ponto o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto **2.16 – TRIBUNAL DE CONTAS- EMISSÃO DE DOCUMENTO, COM IDENTIFICAÇÃO TEXTUAL, CONCRETA E QUANTIFICADA DAS MEDIDAS PREVISTAS A ADOTAR PARA TODO O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PLANO DE AJUSTAMENTO FINANCEIRO, FACE ÀS EXIGÊNCIAS LEGAIS DECORRENTES DA CONJUGAÇÃO DA LEI Nº 43/2012, DE 28 DE AGOSTO E DO DECRETO- LEI Nº 38/2008, DE 07 DE MARÇO = APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO**

Foi dada a palavra ao Sr. presidente da Câmara para fazer uma apresentação do documento em análise. Aberto o ponto a discussão, o Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Deputado Rui Jorge Pereira que questionou o Sr. Presidente da Câmara por quanto tempo se tem de suportar estas medidas. O Sr. Presidente da Câmara respondeu que, se for tido em conta o prazo que resultar do tipo de empréstimo que for contratualizado, o máximo poderá ir até vinte anos. Referiu que há o compromisso deste Executivo de tudo fazer para antecipar esse período. Não havendo mais pedidos de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a declaração de compromisso referenciada em epígrafe, nos precisos termos apresentados pelo Executivo e que aqui se dá por reproduzida e integrada, ficando assinada pela mesa.



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

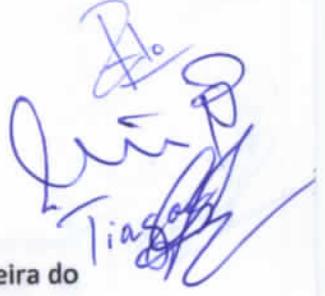
Antes de passar ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Sr. Deputado José Augusto Morais, Presidente da União de Freguesias de Santa Comba Dão e Couto de Mosteiros, para anunciar e convidar os membros da Assembleia, os vereadores e o público a participarem nas comemorações dos forais de Santa Comba Dão, nos dias 11 e 12 de outubro. Em seguida, foi dada também a palavra ao Sr. Deputado José Rui Batista, Presidente da União de Freguesias de Óvoa e Vimieiro, para anunciar e convidar os membros da Assembleia, os vereadores e o público a participarem nas comemorações dos forais de de Óvoa, nos dias 27 e 28 de setembro.

Finda a discussão do Período da Ordem do Dia, foi lida a minuta das deliberações desta sessão, nos termos da lei, para que se produzam efeitos imediatos. Postas a minuta a votação foi aprovada, por unanimidade

III- Período para intervenção e esclarecimento do público

Neste período não houve intervenção do público

Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, pelas quinze horas e quinze minutos, da qual e para constar se lavrou a presente ata que, depois de aprovada, vai ser assinada pela Mesa.



A propósito do relatório do auditor externo sobre a situação económica e financeira do Município de Santa Comba Dão evidenciada no final do 1.º semestre de 2014 e considerando ainda as demais informações constantes em outros documentos igualmente em análise nesta sessão, a Bancada Parlamentar do PS entende ser o momento para sublinhar alguns dos números que, ainda que timidamente, dão já sinais de mudança.

Mudança conseguida, tão só, graças à gestão rigorosa que o atual executivo vem praticando, desde a sua tomada de posse e que, indiscutivelmente, se traduz numa trajetória favorável de evolução das contas municipais. Facto este que, seguramente, contribuirá para reforçar a credibilidade do Município e, simultaneamente, aumentar a capacidade para captar novos e imprescindíveis investimentos para o concelho de Santa Comba Dão.

Assim, e a partir do referido relatório, passamos a citar:

- *ao nível da despesa verifica-se, em termos globais, uma diminuição da mesma;*
- *a quantia de compromissos assumidos em 2014 é inferior aos compromissos assumidos em 2013, em € 350.319;*
- *redução de cerca de 16% dos gastos quando comparado com igual período de 2013, reflexo da forte contenção de custos implementada pela atual gestão da Câmara;*
- *em relação às dívidas a terceiros verificamos uma redução de aproximadamente 4% quando comparado com a quantia registada no ano anterior;*
- *a quantia dos pagamentos em atraso a mais de 90 dias foi reduzida no 1.º semestre em € 139.306;*
- *em relação a 31 de dezembro de 2013 verificou-se uma redução da dívida total de 3,54% e uma redução do excesso da dívida de 6,89%.*

Apesar da satisfação que nos deixam os números anteriores, não poderemos, contudo, ignorar ou desvalorizar as dificuldades em que o município está mergulhado, pois como todos sabemos, a herança é pesada e por isso o caminho que obrigatoriamente teremos que percorrer é longo e tortuoso, mas como diz o poeta, citando António Machado, "o caminho faz-se caminhando".



Santa Comba Dão

É neste sentido, pela dimensão do desafio que se coloca, que esses sinais positivos merecem ser elevados. Por um lado, como forma de estimular e motivar os responsáveis pela mudança a dar-lhe continuidade, mesmo quando isso implica tomar medidas austeras e impopulares mas que são as que se impõem, considerando as reais dificuldades financeiras que o Município enfrenta. E, por outro, para aumentar a confiança e ao mesmo tempo garantir uma maior e mais vasta aceitação por parte dos santacombadenses que, de uma maneira geral, mais direta ou indiretamente, vêm sendo, inevitável e lamentavelmente, atingidos com sacrifícios ou constrangimentos.

É assim, com resultados concretos, que acreditamos ser possível reforçar a esperança de todos no futuro do nosso concelho.

Congratulamos, por isso, pelos resultados alcançados, o atual executivo, porque acreditamos que está no caminho certo, no enalço do ajustamento financeiro necessário e que legalmente se impõe, por Santa Comba Dão, e pelos santacombadenses.

Santa Comba Dão, 20 de setembro de 2014

Pelo Grupo Parlamentar,

Andrea Saldanha

23